

Salão Nobre dos Paços do Concelho

Reunião Ordinária de 17-08-2022

Ata nº 17

Membros da Câmara Municipal	Cargo	P/F/S
José Adriano Esteves Lima	Vice - Presidente da Câmara	P
José Augusto Passos Rodrigo	Vereador	P
Maria Lina da Cunha	Vereador	P
Manuel Fernandes Ramos dos Santos	Vereador	P
Maria Sameiro Sousa Domingues Lima	Vereador	P
José Custódio Domingues	Vereador	P
Sónia Maria Esteves Trancoso	Vereador	P

P-Presença F-Falta S-Suspensão

Situação financeira em 11-08-2022

Operações Orçamentais	161 709,92€
Operações de Tesouraria	624 962,63€
Documentos	0,00€

Início da reunião:14.30 horas

Esta reunião foi secretariada por Soraia de Fátima Vaz Domingues, Chefe de Unidade da Divisão de Gestão Municipal.

I – Antes da ordem do dia

Presidiu a reunião o Vereador José Adriano Lima, começando por justificar a ausência do Presidente da Câmara por se encontrar a representar o Município numa reunião com os Baldios e a Diretora da ICNF.

Proseguiu afirmando que apesar do Melgaço em Festa ainda não ter terminado a sua programação já era possível fazer um balanço sobre o mesmo, o qual na sua perspectiva é positivo. Este evento agrega diferentes iniciativas, umas nas quais o Município é apenas parceiro como é o caso do MDOC, “O Mundo a Dançar” ou o “Dia do Brandeiro”, outras em que o Município é o promotor. Em relação ao MDOC, é inequívoco o seu crescimento, ano após ano, sobretudo do público internacional, que tanto valoriza o evento. O “Mundo a Dançar” e o “Dia do Brandeiro”, foram momentos da programação em que estive presente e verifiquei que atraíram muito público, podendo até dizer que foi notório o aumento de participantes. Aproveitou para felicitar o Presidente da Junta de Freguesia da Gave pelo empenho e dedicação na organização deste momento de celebração do Brandeiro. No que diz respeito ao Mercado Medieval foi mais uma vez positivo, contudo há aspetos que podemos melhorar. Já a Festa Castreja teve uma grande afluência, em especial segunda-feira, pelo que importa agradecer à comunidade Castreja por estar sempre presente em massa e honrar as tradições costumes. Por último, concerto do Tony Carreira, no passado domingo, correu bem. Com um nome de referência ao nível nacional e internacional, existiram alguns contratempus, mas os mesmos foram ultrapassados com a maior brevidade possível.

Referiu-se ainda, à atribuição dos títulos honoríficos, assunto que foi colocado à aprovação na passada reunião de Câmara, disse que nesse momento, os Vereadores da oposição marcaram a sua posição e nesse seguimento não estiveram presentes no momento da atribuição, bem como, publicaram ainda na página do Facebook do PSD Melgaço a opinião que tinham sobre as escolhas. Na publicação parece colocarem em causa o procedimento, pelo que queria deixar claro que a lei foi cumprida, o assunto foi trazido à discussão e votação e o mesmo foi aprovado, tal como a democracia dita.

Solicitou a palavra o Vereador José Rodrigo agradecendo a apresentação do Vice-Presidente do Melgaço em Festa, contudo afirmou que teriam tomado conhecimento das iniciativas a realizar, apenas pelo programa divulgado. Apesar disso não estiveram presentes em algumas das iniciativas por questões de agenda.

Relativamente ao assunto da atribuição de títulos honoríficos disse que no momento da sua deliberação foi expressada a opinião e que não acrescentam mais nada.

Seguidamente referiu-se a um briefing que assistiu do Ministro da Administração Interna e o Presidente do Instituto do Mar e da Atmosfera, no qual traçaram um quadro preocupante para o país ao nível meteorológico, prevendo uma terceira vaga de calor no mês de setembro e em consequência o agravamento da seca e o alerta para a possibilidade de deflagrarem incêndios, com isto poderão verificar cenários de alerta ou contingência. Neste sentido, queria dizer desde já que sobre qualquer dos possíveis cenários os Vereadores da oposição estarão disponíveis para colaborar na defesa da população.

Em relação ao Melgaço em Festa afirmou que gostaria de fazer algumas considerações, não como críticas negativas, mas sim construtivas.

Afirmou que desde a primeira noite da programação, que teve início com o projeto “Mundo a Dançar”, foi uma semana moribunda, no que se refere à animação festiva, que culminou no Mercado Medieval. Este sentimento foi sentido e determinou a deslocação das pessoas para outros concelhos, em especial dos jovens que foram totalmente esquecidos ao longo de toda a programação. O Mercado Medieval apesar de ter uma cinematografia adequada, teve interpretações e encenações fracas, ao nível logístico também foi notória a falta de cuidado, em especial relativamente à iluminação necessária para a realização de algumas das atividades programadas. Por exemplo, a cena demonstrativa de espadas estava prevista ser encenada no Largo Hermenegildo Solheiro, tal não foi possível devido à falta de luz, a cena do casamento também teve de ser deslocada devido existirem viaturas estacionadas em local indevido não permitindo o ideal acesso à Igreja da Misericórdia. Também os textos proferidos pelos atores nas encenações que foram realizando não se encontravam em total acordo com os factos históricos do concelho. Todos estes fatores demonstram uma falta de organização e zelo. No que diz respeito ao concerto do Tony Carreira, sem por em causa a sua importância nacional e internacional, ficou aquém das expectativas, sendo também notória a falta de organização que levou ao atraso do espetáculo. Quanto ao pagamento do bilhete, sem entrar na discussão de se deve ser grátis ou não, apesar do custo do artista, há vários concelhos onde este atuou ou irá atuar gratuitamente, nomeadamente Carraceda de Ansiães no final deste mês. Acrescentou que considerava que o modelo do Melgaço em Festa deveria ser revisto e passar por um menor investimento em alguns momentos e fomentar uma semana de iniciativas, tal como acontece em outros concelhos. Afirmou ainda que as aldeias teriam apresentado programação mais atrativa, como por exemplo Castro Laboreiro, a Branda da Aveleira, Prado. Terminou afirmando que é necessário refletir nos problemas para melhorar a organização dos próximos eventos, bem como envolver as entidades económicas e de comunicação social, acrescentou que se não é hábito a programação ser discutida com todo o órgão executivo, devia passar a ser.

Interveio o Vereador Manuel Fernandes para se pronunciar sobre o assunto da atribuição de títulos honoríficos, afirmando que não se trata de uma apreciação da legalidade, mas sim uma apreciação política. Afirmou que reiteravam a opinião, que a abordagem foi errada até mesmo pela comunicação social, a Rádio Vale do Minho noticiou “Melgaço: Tiago Brandão Rodrigues vai ser Cidadão de Honra do concelho” depois do recebimento, foi noticiado, “Melgaço: Tiago Brandão Rodrigues já é Cidadão de Honra do concelho”, o que veio ensombrar os restantes cidadãos reconhecidos. A este propósito levou a considerar relativamente ao Tiago Brandão Rodrigues de que poderíamos estar numa situação eventual de pagamento de favores do Presidente, ou de expectativas deles e não do concelho. Disse ainda, que neste tipo de atribuição todos os Vereadores deveriam participar

De seguida referiu-se à gestão e utilização da água, que é um problema que nos preocupa, aliás que preocupa o país, verificando-se em alguns concelhos o encerramento de piscinas e até o encerramento das torneiras em algumas horas do dia, pelo que se coloca a questão, quais as diligências que se estão a tomar em Melgaço e se essas hipóteses podem vir a ser aplicadas.



Por último, questionou ainda se efetivamente o curso técnico superior profissional de gastronomia e vinhos do Instituto Politécnico de Viana do Castelo, irá iniciar a sua ação no próximo ano escolar e qual a implicação dos produtores de vinho e empresários gastronómicos nesse projeto.

Usou a palavra o Vice-Presidente para responder ao Vereador José Rodrigo, começando por dizer que percebeu das suas palavras que teria sentido uma falta de convite para participar nos eventos do Melgaço em Festa, mas a verdade é que a programação é conhecida e de livre acesso, pelo que estão sempre convidados sobretudo atendendo à responsabilidade enquanto Vereadores e também como municípios, claro.

Quanto à disponibilidade em caso de incêndios, agradeceu a disponibilidade dos Vereadores e se vier a ser necessário será sempre bem-vinda. É um problema que nos preocupa e para o qual creio que terá que haver sinergias, e uma contrapartida económica para se conseguir assegurar a prevenção da floresta, pois a longo prazo não haverá capacidade pública. Enquanto tal não acontecer é injusta a posição dos Bombeiros que lutam para a defesa da floresta de pessoas e bens, de forma incansável e com uma postura louvável. A responsabilidade da defesa da floresta não é apenas responsabilidade do Município, mas também de particulares o ordenamento da floresta é vital e o BUPI será um ponto de partida, mas outras medidas serão necessárias.

Melgaço em Festa, em algumas coisas posso concordar, noutras discordo completamente. Estou confortável com as opções deste ano ao nível do concerto e do Mercado Medieval, a programação não alterou muito, foi apenas enriquecida, pelo que não se pode dizer que este ano foi terrível. As questões de falta de iluminação, que foi referindo o Vereador, também foram identificadas como um problema, mas são questões que tem que ser geridas pois em alguns casos não é desejável ter muita luz como nos espetáculos de fogo. Quanto aos constrangimentos por motivos de estacionamento indevido, é difícil controlar pois a festa realiza-se no momento do ano em que há maior número de população no concelho e por exemplo, em Castro Laboreiro era necessário proceder ao corte do trânsito pela GNR e tal não foi possível por ocorrer um acidente que ocupou os meios disponíveis. Ao contrário do Vereador, eu denotei uma evolução no Mercado Medieval, contudo nesta altura há outros eventos do mesmo género a decorrer em todo o país, o que compromete a vinda de artesãos. Relativamente ao atraso no início do concerto, foi motivado por questões técnicas que não foram da responsabilidade da autarquia, mas sim de um parceiro e claro estamos a falar de um artista exigente que não aceitou nenhuma das opções fornecidas para contrariar o problema. Quanto ao pagamento de bilhetes, efetivamente o Tony Carreira atua em alguns locais gratuitamente, eu por princípio também concordo que o concerto seja gratuito, mas devemos perceber que o Município, neste momento, tem outros investimentos em curso, nomeadamente a Zona Empresarial de Alvaredo, que alocam uma grande parte do orçamento Municipal. O pagamento do bilhete foi um assunto deliberado por este órgão por unanimidade e recordo-me que o Vereador até referiu que lhe parecia bem e que o valor até poderia ser superior. Em relação às festas feitas pelas freguesias muitas delas têm o apoio do Município como é o caso da realizada em Castro Laboreiro ou na Branda da Aveleira, outras são desenvolvidas por comissões de festas. Quanto à comparação supramunicipal é importante ver o que se passa à volta, mas também devemos ter consciência que o Melgaço em Festa não é um evento novo e é evidente que o investimento deve ser contínuo para haver evolução, mesmo até, quando outros investimentos estão a ser feitos, mas também é importante o bairrismo, pois facilmente criticamos o nosso e enaltecemos o do vizinho.

O Vereador Rodrigo respondeu que quando se referiu ao Mercado Medieval não pretendia compará-lo aos realizados em outros Municípios que já possuem um largo percurso, mas que gostaria que quando se faz se fizesse com fidelidade à história deste concelho, para tal é necessário fazer essa preparação com a empresa. Questionou ainda qual o número de bilhetes vendido para o Espetáculo Tony Carreira.

O Vice-Presidente respondeu que foram vendidos cerca de dois mil e quinhentos bilhetes.

Interveio a Vereadora Sónia Trancoso referindo a importância de atrair público mais jovem, nomeadamente na faixa dos doze aos catorze anos, pois quando estes querem participar num evento obrigatoriamente fazem-se acompanhar pelos pais.

O Vice-Presidente disse concordar com a Vereadora em relação a atrair o público mais jovem, mas nem sempre é fácil conjugar todos esses fatores com as limitações orçamentais.

Em relação às notas do Vereador José Rodrigo, tenho que dizer que na produção deste evento estão diversas equipas que trabalham muito para o mesmo se concretizar e que acautelam todas as situações, contudo nem sempre é possível prever todos os possíveis imprevistos.

Por último, em relação ao dito pelo Vereador Manuel Fernandes no que se refere aos títulos honoríficos, o que subentende daquela publicação é que as regras não foram cumpridas e isso, como bem sabe, não corresponde à verdade. Em relação ao comentário que proferiu de que se tratava de “pagar favores ao Presidente e não ao Município”, o Vice-presidente convidou o Vereador a retirar essas palavras, garantindo que não lhe podia ver outra conotação que não fosse depreciativa.

O Vereador Manuel Fernandes respondeu afirmando que não retirava o que disse pois foi proferido em contexto político e que o assunto se tratou de um eventual pagamento de favores ao Presidente e que o tempo lhe daria razão.

O Vice-Presidente pediu para que a intervenção do Vereador ficasse transcrita em ata e respondeu ainda às questões colocadas pelo Vereador Manuel Fernandes no que concerne à escassez de água, afirmando que de momento ainda não existia necessidade de recorrer a essas opções, no entanto é necessário continuar a educar a população no sentido de poupar esse recurso. O Executivo em funções tem acompanhado semanalmente essa situação, neste momento está controlado, mas já foram sentidas dificuldades pontuais. Em relação ao curso, efetivamente vai abrir e irá decorrer nos dois concelhos, com forte apoio dos produtores de Melgaço.

II - Ordem do dia

Administração Municipal

300. Presente para efeitos de análise e votação a Ata n.º 15 de 20-07-2022 e a Ata n.º 16 de 03-08-2022.

O Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar a Ata n.º 15 de 20-07-2022, não tendo participado na votação a Vereadora Maria Lina da Cunha e a Vereadora Maria Sameiro Sousa Domingues Lima.

O Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar a Ata n.º 16 de 03-08-2022, não tendo participado na votação a Vereadora Maria Lina da Cunha e a Vereadora Maria Sameiro Sousa Domingues Lima.

Esta deliberação foi aprovada em minuta

301. Justificação de faltas.

Neste ponto não se verificou qualquer requerimento de justificação de falta.

Divisão de Desenvolvimento, Educação e Cultura

302. Presente requerimento em nome de Maria Celeste Alves, a solicitar apoio no domínio da saúde, que ficará anexo a esta ata. A Técnica dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 8004 de 08-08-2022 e no uso da competência prevista no nº2 e n.º 3 do artigo 4.º do Regulamento Municipal de Apoio no Domínio da Saúde, a aprovação de atribuição de apoio no domínio da saúde no valor de 100,00€.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

303. Email da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Melgaço, a solicitar a concessão de apoio extraordinário, no valor de 8 610,00€, para as despesas extras de alimentação, no âmbito do DECIR (Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Rurais de 2022) e apoio extraordinário no valor de 12 000,00€, para a proposta apresentada pelo Arquiteto responsável pelo Estudo Prévio do Projeto de Arquitetura do Novo Quartel dos B. V. Melgaço. A Técnica dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Vice-Presidente explicou que apesar do pedido referir dois apoios, neste momento apenas será deliberado o subsídio ao DECIR, no valor de 8.610,00€. Um apoio que temos dado para a Associação fazer face às despesas com a alimentação quando não há ocorrências. O apoio para o serviço de arquiteta virá posteriormente enquadrado ao nível orçamental pelo serviço adequado.

Requereu a palavra o Vereador José Rodrigo afirmando que conforme a diretiva nacional da DECIR só há lugar ao pagamento de subsídio de alimentação quando se verificarem ocorrências. Desta forma, haverá lugar ao pagamento de dois subsídios de alimentação, pois o presente apoio é calculado para trinta e um dias mensais dos meses de prevenção. Relativamente ao orçamento apresentado pelo projeto, importa esclarecer se este foi, ou não, o único orçamento solicitado pela Associação e ainda porque motivo a Câmara Municipal não pode facultar com os seus meios próprios o apoio à Associação.

O Vice-Presidente respondeu que, como tinha dito, apenas são reembolsados quando há efetivamente incêndios, quando não há é a entidade patronal que suporta o encargo. Este pedido vem fundamentado numa previsão, se eventualmente lhes for pago ao nível nacional, o valor não será pago em dobro aos funcionários. Em todo o caso, a relação do Município com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Melgaço é estreita e sempre contamos por parte da Associação com humildade e seriedade. Em relação ao orçamento apresentado para pagamento do projeto de arquitetura, creio que deve ser analisado aquando da sua deliberação, reconhecendo sempre a autonomia da Associação.

O Vereador José Rodrigo disse que também era sensível às necessidades da Associação, no entanto acredita que os apoios devem ser fundamentados e ainda há pouco tempo foi atribuído um no valor de 150.00,00€ e nesse momento foi, pela oposição, questionado se esse valor era suficiente para cobrir as necessidades da Associação, agora aparece mais um apoio. Por outro lado, é um apoio fundamentado num serviço que possui diretiva própria, na qual também é dito que, quando não se verificarem ocorrências, o corpo de Bombeiros deve ocupar-se com a manutenção das viaturas e do próprio quartel e nada disso se faz. Cada vez que toca a sirene, não aparecem Bombeiros e a Direção nada faz porque tem a bengala, que é o Município. Creio que existem diversas ações que a associação poderia desenvolver para angariar dinheiro e suprir as dificuldades.

O Vice-Presidente afirmou que muito se podia falar desse assunto, já tive oportunidade de discursar publicamente sobre este assunto e falei que muitos são os desafios e que é necessária muita garra e alma para integrar estas causas e para mudar a sua forma de atuação. A verdade é que o voluntariado está em vias de extinção e isso dificulta a vida destas associações. O Município fez um protocolo dando algumas regalias aos voluntários como forma de cativar novos membros, nomeadamente entradas gratuitas no ginásio, nas piscinas municipais e nas descobertas e até redução no pagamento de água. Claro que o futuro passará pela profissionalização, a qual não deve ser protelada, devendo a mesmo ser encadeada de forma gradual e sobretudo estruturada. A nossa Associação tem feito o seu caminho, nomeadamente, com a profissionalização do atendimento telefónico. Neste caso em concreto, a Associação já assumiu até ao momento estas despesas, seguramente agora já não dispõe de meios financeiros para o fazer e por isso solicitam o apoio. A outra forma de fazer isto era a Associação assumir durante todo o período de risco de incêndio, o qual nos últimos anos se tem alargado, e no final solicitar o apoio, mas nesse caso teria que dispor de estrutura financeira para suportar este encargo durante tanto tempo que, como todos sabemos não dispõe. De maneira que considera ser de aprovar o referido apoio para a Associação Humanitária.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constantes da informação n.º 7702 de 28-07-2022 e no uso da competência prevista na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conceder um subsídio no valor de 8 610,00€, para as despesas extras de alimentação, no âmbito do DECIR.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

304. Presente proposta de atualização de valores de apoio no âmbito da Ação Social Escolar para o ano letivo 2022/2023, que ficará anexa a esta ata. A Técnica dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 7847 de 11-08-2022 e no uso da competência prevista na alínea hh) n.º 1 do artigo 33.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a proposta de atualização de valores de apoio no âmbito da Ação Social Escolar para o ano letivo 2022/2023.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

305. Presente para efeitos de aprovação o preço de venda da Revista Trimestral "Peneda Gerês MAG" na Porta de Lamas de Mouro, que ficará anexa a esta ata. A Técnica dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 7957 de 05-08-2022 e no uso da competência conferida pela alínea e) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação do preço de venda da Revista Trimestral "Peneda Gerês MAG" na Porta de Lamas de Mouro.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

306. Presente pedido de autorização de Manifestação Desportiva "Melgaço by Night " nos dias 20 e 21 de agosto de 2022, que ficará anexo a esta ata. O Técnico dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 7849 de 03-08-2022 e no uso do artigo 6.º e alínea 1) do artigo 8.º do DR n.º 2.º- A/2005, de 24 de março, emitir parecer favorável para a realização de Manifestação Desportiva "Melgaço by Nigt", nos dias 20 e 21 de agosto de 2022.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

307. Presente para efeitos de aprovação a proposta de atribuição dos auxílios económicos para o ano letivo 2022/2023, que ficará anexa a esta ata. A Técnica dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 8153 de 11-08-2022 e no uso da competência prevista na alínea hh) do artigo 33.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação da proposta de atribuição de auxílios económicos para o ano letivo 2022/2023.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

Divisão de Planeamento e Gestão Territorial

308. Presente requerimento em nome de António José Domingues - Cabeça de Casal da Herança de, a solicitar a emissão de certidão de constituição de compropriedade indivisa,

relativo ao prédio inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 14576, da União de Freguesias de Castro Laboreiro e Lamas de Mouro, que ficará anexo a esta ata. O Técnico dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 7970 de 05-08-2022 e no uso da competência prevista no artigo 54.º da Lei n.º 64/2003, de 23-08, a aprovação da emissão de certidão de constituição de compropriedade indivisa, relativo ao prédio inscrito na matriz predial rústica sob o artigo \ 14576, da União de Freguesias de Castro Laboreiro e Lamas de Mouro.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

309. Presente requerimento em nome de Justino Esteves, a solicitar a emissão de certidão de aumento de compartes, relativo ao prédio inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 2109, da União de Freguesias de Parada do Monte e Cubalhão, que ficará anexo a esta ata. O Técnico dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 7968 de 05-08-2022 e no uso da competência prevista no artigo 54.º da Lei n.º 64/2003, de 23-08, a aprovação da emissão de certidão de aumento de compartes, relativo ao prédio inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 2109, da União de Freguesias de Parada do Monte e Cubalhão.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

310. Presente para efeitos de alteração ao ordenamento de trânsito na Rua 1.º de Maio, União de Freguesias de Vila e Roussas, para substituição de equipamento na cobertura de edifício na referida rua. O Técnico dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 8215 de 12-08-2022 e no uso da competência conferida pelo n.º 1 do artigo 15.º do Regulamento Municipal de Trânsito e Estacionamento, a aprovação da alteração ao ordenamento de trânsito na Rua 1.º de Maio, União de Freguesias de Vila e Roussas, para substituição de equipamento na cobertura de edifício na referida rua.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

E nada mais havendo a tratar, quando eram 16.40 horas, foi a reunião encerrada pelo Senhor Presidente, da qual, para constar, se lavrou a presente acta.

E eu, Saraia Vas Domingos, Chefe de Unidade da Divisão de Gestão Municipal da Câmara Municipal de Melgaço, a subscrevi.

O Vice-Presidente da Câmara Municipal



José Adriano Esteves Lima

